



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MONA TARSILA MIRANDA CORREIA

**A MULHER POSSÍVEL E SEUS ESPAÇOS DE MEMÓRIA NA DITADURA
MILITAR DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA AS *MENINAS*
DE LYGIA FAGUNDES TELLES**

CAMPINA GRANDE - PB

2022

MONA TARSILA MIRANDA CORREIA

**A MULHER POSSÍVEL E SEUS ESPAÇOS DE MEMÓRIA NA DITADURA
MILITAR DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA AS *MENINAS*
DE LYGIA FAGUNDES TELLES**

**Trabalho de Conclusão Curso
(Monografia) apresentado ao Curso de
Licenciatura em História do Centro de
Humanidades da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciada em
História.**

Orientadora: Professora Dra. Silede Leila Oliveira Cavalcanti.

CAMPINA GRANDE - PB

2022



C824m Correia, Mona Tarsila Miranda.

A mulher possível e seus espaços de memória na ditadura militar do Brasil: uma análise a partir da obra As Meninas de Lygia Fagundes Telles. / Mona Tarsila Miranda Correia. - 2022.

40 f.

Orientadora: Profa. Dra. Silede Leila Oliveira Cavalcanti.

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia (Curso de Licenciatura em História) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades.

1. História e Literatura. 2. Lygia Fagundes Telles - escritora. 3. Autoria feminina. 4. Ditadura militar no Brasil - mulheres. 5. Escrita feminina. 6. Memória. 7. Obra As Meninas - Lygia Fagundes Telles. 8. Mulheres escritoras. I. Cavalcanti, Silede Leila Oliveira. II. Título.

CDU:94:82(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

MONA TARSILA MIRANDA CORREIA

A MULHER POSSÍVEL E SEUS ESPAÇOS DE MEMÓRIA NA DITADURA MILITAR DO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA OBRA AS *MENINAS* DE LYGIA FAGUNDES TELLES

Trabalho de Conclusão Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Silede Leila Oliveira Cavalcanti.
Orientadora – UAH/CH/UFCG**

**Professor Dr. Flávio José de Carvalho.
Examinador I – UACS/CH/UFCG**

**Professor Dr. Gervácio Batista Aranha.
Examinadora II – UAH/CH/UFCG**

Trabalho aprovado em: 11 de abril de 2022.

CAMPINA GRANDE - PB

AGRADECIMENTOS

Finalizar uma graduação de 5 anos passando por uma Pandemia de COVID-19 nos últimos 2 anos de curso, tem sido um dos maiores desafios que pôs a prova tudo o que desejava e almejava alcançar. Realmente desafiou toda a minha esperança e perspectiva, pois uma Pandemia e todo seu contexto, comprometeu a saúde física e mental que criou cenários muito difíceis de reforçar os sonhos e objetivos em um trajeto muito desafiador e cansativo. Um período muito sombrio que contaminou a todos pelo medo e incerteza que muitas vezes pude sentir de forma coletiva na fala cansada e até dos silêncios de meus colegas e professores de curso.

Pude sentir na tristeza nos desabafos daqueles que perderam seus entes queridos para o vírus, para o descaso e para a truculência do atual governo. E busquei ainda que muito cansada e desmotivada seguir e olhar para um objetivo maior que toda a dor que viemos enfrentando de alguma forma resultasse em resguardar essa memória com responsabilidade, pois sabemos que nem todos os “guardiões da memória” se comprometem com a verdade. Usam de subterfúgios para fabricar uma memória favorável para si e desonram os que viveram aquele período com sangue e suor real que precisam ser lembrados na ótica mais ética possível. Se isso não é nosso dever como historiadores, o que mais poderia ser?

E diante da generosidade que muitos professores vêm prestando em incentivar a não desistir, persisto nesse tema que tanto amo, como forma de poder contribuir e orgulhar aqueles que não desistiram de si para doar sua força para que eu também não desistisse de seguir meu caminho, por isso agradeço ao meu orientador do PIVIC, professor Doutor em Filosofia pela UFCG, Flávio de Carvalho, que permitiu que pudesse desenvolver nossa pesquisa durante o programa PIVIC de Filosofia pela UFCG. Período que dividimos uma jornada durante 2 anos no período de 2019-2021 que proporcionou por generosidade contagiante e seu compromisso ético, um caminho que me guiou de forma libertadora que proporcionou a noção de como a escrita corajosa é necessária nesse mundo hoje e sempre.

Agradeço à minha professora, orientadora e conselheira Silede Leila na graduação de História pela UFCG, por sua generosidade, compreensão, paciência e muita humanidade frente ao momento difícil que viemos enfrentando, mas que trouxe uma compreensão mútua que tornou apesar de todas as dificuldades, esse processo bem mais acolhedor de forma que superou minhas expectativas. Sou muito grata por você professora perceber o potencial desse trabalho no qual me ajudou a guia-lo para a lente de História. E que ao longo do curso, me proporcionou em suas disciplinas de Contemporânea II e Met. Ensino Hist. I e II, um fortíssimo diálogo sobre

temas de meu interesse que busquei articular neste trabalho que durante suas aulas me fez secretamente planejar como iria sugerir que me orientasse nesse trabalho.

Ao leãozinho da minha vida que me acompanhou desde o início dessa jornada que foi a graduação de História pela UFCG, que esteve lá assim que fui aprovada para ingressar no curso e mostrou a importância em comemorar as vitórias conquistadas de forma tão amorosa, sincera e companheira. Ao meu amor Yuri Loia, a quem o sorriso, o abraço, a leitura paciente dos meus escritos e aos incríveis desafios de lidar com a intensidade que discuto os assuntos do curso. Eu agradeço do fundo do meu coração que várias vezes se aqueceu com o seu coração em momentos que me sentia muito insegura ou desorientada pelo caminho, a sua luz me ajudou a enxergar a coragem que você também me inspira para alcançar os sonhos. Obrigada amor. Te amo.

E a essa pessoa que foi mais que uma colega, foi uma grande companheira de vida na qual não consigo me imaginar passar por essa graduação sem a sua paixão, força, inteligência e coragem encapsulados em uma doçura e cuidado que só me orgulha os dias que vivi com suas risadas e reflexões diante de todos os momentos que ultrapassaram a graduação. Ganhei uma valiosa amiga para a vida. A melhor. A você Mayra só posso expressar o grande orgulho que me dá ter você em minha vida e poder presenciar o seu brilho que só vejo alcançar cada vez mais longe todos os lugares que você luta tanto. Você é o presente que agradeço à graduação de História por ter sido a ponte para dividir esse caminho com você. Obrigada querida amiga que amo e admiro tanto.

Ao meu pai, também historiador Raimundo Guilherme Correia. A quem me nutriu de livros, conversas e paixão pela área, que mesmo com as discordâncias e discussões acaloradas, sempre estará cravado em mim sua influência fundamental para que encontrasse em História, um refúgio para a mente que constantemente reflete o mundo em que se vive. Para questionar as ideias como uma necessidade que ultrapassa apenas uma compressão fria, mas uma necessidade de dar sentido à vida e a como se posicionar diante dela. A meu pai que desde pequena me deu os livros de História da Arte entre outros vários, e me fez me apaixonar pelo tema que com muito carinho, sempre guardarei como eram gostosas as nossas conversas sobre. Expresso meu mais profundo obrigada por seu encorajamento crítico, mas preocupado para que eu desse meu melhor. Obrigada pai.

RESUMO

Este trabalho objetiva mostrar quais as condições de possibilidade da autoria feminina no contexto da Ditadura Militar brasileira a partir da obra “As Meninas” (1973) de Lygia Fagundes Telles (1923-2022) através de como a História e a Literatura, efetuam trocas fundamentais que enriquecem o combate contra o esquecimento, sob a luz da escrita feminina tão apagada sobre esse período que ficou documentado na História como de grande repressão à cultura e os espaços de expressão artística como a literatura. Por isso objetiva-se trazer a voz da autora, não apenas como um material que aproxima a História e a Literatura, mas também como evidência que expressa o poder da *mulher possível* escritora em uma obra que constrói diferentes perspectivas da época da Ditadura através de três arquétipos de mulheres presentes na obra, que enriquecem esse debate tão necessário sobre a ocupação do espaço na construção social de memória sobre a Ditadura Militar na perspectiva de mulheres para desconstruir os velhos ditames ainda presentes no campo da História tradicional. Que serão questões alicerçadas pelos conceitos e a bibliografia temática dos respectivos autores como Michelle Perrot, Michel Certeau, Michel Foucault, Rachel Soihet entre outros.

Palavras-chave: Ditadura, História, Literatura, As Meninas, Lygia Fagundes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I: A MULHER POSSÍVEL, UMA CONSTRUÇÃO TÁTICA E COMBATIVA CONTRA OS REGIMES DE SILÊNCIO NA ESCRITA.....	12
1.1 Do universo privado para a transgressão de mulheres na escrita no século XIX	12
1.2 - O diálogo entre as obras “As Meninas” (1973) de Lygia Fagundes com “Meninas Exemplares” (1858) Condessa Ségur– um diálogo entre o século XIX e XX.....	21
CAPÍTULO II -A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TENDÊNCIAS EMERGENTES NA HISTORIOGRAFIA PARA RESTITUIR A HISTÓRIA DAS MULHERES,	22
CAPÍTULO III– DITADURA MILITAR – ONDE ESTÃO AS MULHERES.....	21
3.1 - O cenário histórico e suas articulações do Golpe de 64 à Ditadura Militar no Brasil.....	25
3.2 - A publicação “comemorativa” do cinquentenário do Golpe de 64 pelo Jornal A Folha (2014) e o silenciamento das mulheres.....	27
CAPÍTULO IV– AS MENINAS EM BUSCA DE SUAS <i>MULHERES POSSÍVEIS</i> DURANTE A DITADURA.....	30
4.1 A autoria e a vivência transgressora de Lygia Fagundes Telles.....	30
4.2 A obra “As Meninas” – diálogo intimista entre três mulheres possíveis no período da Ditadura.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	40

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo analisar a obra literária de Lygia Fagundes *As Meninas* (1973) como evidência da força da escrita feminina durante a Ditadura Militar (1964-1985) supondo que no seu discurso literário dialogando com a História, a obra comporte as condições que manifestam no seu discurso, os elementos caros para a análise histórica, como os posicionamentos políticos, existenciais e morais sobre a Ditadura na perspectiva das três personagens que representam três arquétipos diferentes de mulheres. E para a análise inicial da obra, busquei traçar um caminho teórico no **Capítulo I: A mulher possível, uma construção tática e combativa contra os regimes de silêncio na escrita**, na primeira sessão **1.1- Do universo privado para a transgressão de mulheres na escrita no século XIX**, em que abordo como a escrita de Telles do século XX dialoga com a escrita da Condessa Ségur, mulher no século XIX a fim de dialogar como a gradual ruptura dos espaços de autoria sujeitos a autoridade masculina, se perpassa através das delimitações de expressão e atuação de mulheres na escrita a partir do século XIX.

Um período em que gradualmente rompem as convenções e restrições sociais dentro do próprio espaço de opressão a partir da escrita. Expressão que registra as experiências, as vivências e a *escrita de si* dentro do que lhe era permitido. E como as mulheres eram restritas, evidentemente, ao espaço de seu ofício artístico como autoras, dentro da dinâmica da vida privada para a pública devido a forma tática que articularam suas existências superando os regimes dos espaços de autoria (e vários outros). (CERTEAU, 1980) Argumento que também busco embasar a partir de Michelle Perrot *As Mulheres ou os silêncios da História* (2005), que realiza uma arqueologia desse processo de resistência no século XIX trilhado por mulheres.

E na última sessão **1.2- A comparação de obras em diferentes contextos autorais - “As Meninas” de Lygia Fagundes com “Meninas Exemplares” Condessa Ségur – um diálogo entre mulheres do século XIX e XX**, em que faço um levantamento histórico e indicial sobre como Telles nomeou sua obra a partir da obra da Condessa Ségur, para ironicamente sugerir uma espécie de releitura ao mesmo tempo que serviu para contrastar os arquétipos femininos do século XIX e XX representados nas obras. De forma que denúncia a persistência do modelo burguês da mulher casta, virginal e passiva vigente no século XIX contrastando com os modelos do século XX para falar sobre os arquétipos morais de mulheres a partir das personagens Lorena, Ana Clara e Lia da obra de Telles e as de Ségur, Sofia, Madalena e Camila.

Seguindo um fluxo cronológico que buscarei articular os anos 60 e o feminismo militante que se espalhou nas ruas e surge como uma consequência direta da resistência das mulheres à Ditadura, no **Capítulo II -A importância das novas tendências emergentes na historiografia para restituir a História das Mulheres**, faço uma discussão teórica e historiográfica sobre o processo da inserção de novos temas e problemas no campo da História que provém das demandas e inquietações dos movimentos feministas. E sobre a grande importância de como esses movimentos, alcançaram a corrente intelectual do campo História, para buscar denunciar as desigualdades de gênero existentes na sociedade, a fim de compreender como as noções de gênero influenciam na configuração cultural, social e econômica.

A metodologia será uma breve revisão dos movimentos historiográficos a partir da História positivista que priorizava o aspecto oficial e documental do aspecto público. Excluindo em grande parte como objetos de análise, as mulheres. E como a partir da década de 60, a História dos Annales, faz surgir a chamada “revolução documental”. Que difundiu novas categorias de documentação, não apenas aquelas tidas como oficiais, imergindo no aspecto cotidiano que pavimentou uma trajetória conectada a correntes marxistas cujas ideias como as de Kollontai (1872-1952) e os movimentos feministas de 60, pavimentam um caminho articulado para que as mulheres e a escrita feminina reiterem seu espaço na História oficial.

No **Capítulo III– Ditadura Militar – Onde estão as mulheres?** com as subdivisões: **3.1 - O cenário histórico e suas articulações do Golpe de 64 à Ditadura Militar no Brasil**, que faço um breve preâmbulo sobre o solo fértil em que se desenvolveu o cenário para o Golpe de 64 e a instauração da Ditadura militar, dialogando com os intelectuais Ruy Mauro Marini, *Dialética da Dependência* (1973), Marcelo Badaró Mattos, *Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia sobre o golpe* (2005) e Phillip Demier e *O longo bonapartismo político (1930-1964)* (2013), para contextualizar a formação desse cenário complexo que dialoga com a cultura oligárquica do país muito anteriormente ao golpe e como a formação das tendências econômicas que preteriram o desenvolvimento industrial estavam subordinadas ao imperialismo econômico internacional. Sem falar da perseguição e coerção em cima dos trabalhadores que se opunham a burguesia industrial.

As análises trazem uma complexa articulação sobre economia, classes e as condições teóricas sobre a teoria *bonapartista* que muito nos diz sobre o cenário do Golpe e a Ditadura no aspecto econômico e social. Mas onde estão as mulheres? Por isso trabalho com os autores acima nessa sessão, para elaborar como existe a dominação de uma escrita sobre esse período em que a mulher não surge muito nos debates. Não porque de fato não apontam para elementos

importantíssimos para a análise histórica materialista. Mas de fato, não se pode negar que a falta de articulação com a realidade de mulheres na história oficial ainda é gritante. Um silenciamento que repercute não só no campo da academia de História, mas para os canais de comunicação que cumprem muitas vezes seu papel de reiterar o “espírito” do período, por vezes de forma tendenciosa, como os jornais, que será o tema da próxima sessão.

Já na sessão **3.2 - A publicação “comemorativa” do cinquentenário do Golpe de 64 pelo Jornal A Folha (2014) e o silenciamento das mulheres** dedico em falar como há um apagamento da mulher no registro da memória sobre a Ditadura Militar no Brasil que busco evidenciar com a publicação do jornal *A Folha* de 2014 que “comemora” os cinquenta de Ditadura. E apesar do discurso em defesa da “pluralidade” que o jornal afirma espaços de publicação, há somente a voz do homem branco, hétero de diversas áreas, dando sua perspectiva sobre o período na matéria. E articulo como a autoria de mulheres como a própria autora Lygia Fagundes, está anulada desse debate, assim como até a presença de outros jornais como *Brasil Mulher* (1970), jornal *O Mulherio* (1981-1988) que tinha como parte da equipe a historiadora Lélia Gonzalez (1935-1994) que já articulava discussões interseccionais. Ou seja, a questão não é a falta de mulheres no campo da escrita e de vivência que justifica a não citação de suas obras e histórias. É uma dominação masculina dos espaços de memória que busco evidenciar nesse capítulo tanto na área histórica, na literatura e no jornal.

E por fim, **Capítulo IV – As Meninas em busca de suas mulheres possíveis durante a Ditadura**, que divido em duas sessões: **4.1 – A autoria e a vivência transgressora de Lygia Fagundes Telles**, onde falo sobre vida e obra da autora e sua atuação prática contra a Ditadura presente em sua escrita como a expressão *parresiasta* de si através da voz de três mulheres personagens tão diferentes que como a autora, vivem um cenário opressor de truculência e censura. De forma que Telles se apropria de forma tática dos estereótipos da escrita feminina para escapar da censura, nomeando uma obra tão crítica com um título tão “doce”. Embaso, ainda, a partir de intelectual Paul Ricoeur em “*Tempo e Narrativa*” (1997), um diálogo teórico que envolve a relação História e Literatura para transcender a importância da autoria de mulher na literatura sobre o período aqui estudado. E por fim na sessão **4.2 – A obra “As Meninas” – diálogo intimista entre três mulheres possíveis no período da Ditadura**, sessão que busquei focar como a obra intercala as vivências de mulheres no cenário da Ditadura a partir da dinâmica que as vivências em diferentes esferas sociais, trazem perspectivas sobre o período sem perder de vista uma busca íntima das três personagens centrais da obra, Lorena, Lia e Ana Clara, tentaram se encontrar. E também buscaram lutar e até escapar de suas realidades, Que dialogam entre si, denunciando contrastes, semelhanças e inquietações a partir de um estilo de escrita

intimista que, não apenas desviou do censor, mas que possivelmente dialoga com as leitoras e leitores, possibilitando deslocamentos e identificação que transfere para aquele cenário histórico onde muitos problemas existenciais ainda conectam mulheres que se vêm representadas, possibilitando o questionamento e rompimento dos velhos métodos que silenciaram e silencia, as mulheres da e na escrita da História, contribuindo para que se repense sobre os métodos que a academia ainda reproduz e reforça esse apagamento das falas femininas/feministas.

I – A MULHER POSSÍVEL, UMA CONSTRUÇÃO TÁTICA E COMBATIVA CONTRA OS REGIMES DE SILÊNCIO NA ESCRITA

1.1 Do universo privado para a transgressão de mulheres na escrita no século XIX

Por muito tempo, o espaço tido “destinado para a mulher”, se restringia no universo doméstico, em que afastada da esfera pública e de uma atuação de natureza política e social para se representar, fez com que o lar por consequência fosse o grande foco de sua vida. Ou pelo menos era isso que se esperava. Pois historicamente é inegável que as mulheres ultrapassaram as questões objetivas impostas já que elas percebem na esfera privada um espaço de expressão onde atuam no que lhe é permitido, porém reconhecendo possibilidades de agências. Um espaço que também funciona como um refúgio para transgredir e buscar brechas de existência, sendo a escrita uma dessas expressões de grande relevância. Este fenômeno é trabalhado na obra da historiadora francesa Michelle Perrot *As Mulheres ou os silêncios da História* (2005). Obra que a autora francesa busca falar sobre os espaços de memória ocupados pela mulher ao longo da história e seus emparedamentos que embora, buscasse silenciá-la, a mulher conseguiu registrar suas experiências ainda que dentro de lógicas restritas do espaço doméstico, este paradoxalmente, vem a ser como diz Virginia Woolf (1929), o *teto todo seu* de sua própria libertação. No entanto, era evidente como a autora falta de liberdade transitava no aspecto econômico para que a mulher se projetasse no campo da escrita.

Tudo o que poderia fazer seria oferecer-lhes uma opinião acerca de um aspecto insignificante: a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção; e isso, como vocês irão ver, deixa sem solução o grande problema da verdadeira natureza da mulher e da verdadeira natureza da ficção. (p. 8)

As contradições que as mulheres do século XIX enfrentaram na busca por espaços possíveis de atuação na escrita, é uma questão que centraliza diversos aspectos e complexidades tanto da esfera íntima, cultural e social. E Woolf escreve como a condição opressora da mulher aprisionada pela situação familiar e pela estrutura patriarcal, impediu o desenvolvimento da mulher, cujo exemplo mais famoso de autora, foi a situação, da irmã de Shakespeare, que apesar de tão talentosa quanto o irmão, teve todos os seus esforços esmagados pela da subjugada a tarefas domésticas. Condição de inúmeras mulheres que talvez nunca conheçamos.

Nesse prisma que Michelle Perrot, realiza uma espécie de arqueologia para explicar como as formas que as mulheres agenciam atravessando, mesmo inicialmente o universo da

burguesia patriarcal do século XIX, cuja dominância masculina dos espaços públicos e da escrita, reiteram sua hegemonia dentro da lógica econômica e social, mediante a exposições de suas conquistas como quadros, livros e objetos que representam seu poder e intelecto. E enquanto isso, a maioria das mulheres burguesas preocupavam-se com os detalhes das roupas e objetos domésticos como uma forma de tentar reter suas vidas em “miudezas” em forma de coleção de mechas de cabelo, flores secas, joias de família, assim como as fotografias e os cartões-postais. E isso demonstra como para os homens, a decoração de suas vidas espelha poder na esfera pública, e uma representação de poder, enquanto para as mulheres, a sua decoração era a busca em um sentido na vida privada imposta.

E tais convenções são construídas até uma normalização que mesmo assim, muitas mulheres não aceitaram, pois articulando-se a partir do que lhe foi reservado, elas foram além com a expressão da escrita. Por isso tomo a expressão *mulher possível* a partir da análise de Perrot a qual evidencia como o projeto burguês de silenciamento das mulheres e seu caráter institucional não foi seguida de forma passiva, conforme trecho abaixo

Evidentemente as mulheres não respeitaram estas injunções. Seus sussurros e seus murmúrios correm na casa, insinuam-se nos vilarejos, fazedores de boas ou más reputações, circulam na cidade, e misturados aos barulhos do mercado ou das lojas, inflados às vezes por suspeitos e insidiosos rumores que flutuam nas margens da opinião. Teme-se sua conversa fiada e sua tagarelice, formas, no entanto, desvalorizadas da fala. Os dominados podem sempre esquivar-se, desviar as proibições, preencher os vazios do poder, as lacunas da História. Imagina-se, sabe-se que as mulheres não deixaram de fazê-lo. Frequentemente, também, elas fizeram de seu silêncio uma arma. (PERROT, p.10)

“As lacunas da História” é o desenvolvimento não programado das convenções sociais, ou seja, os aspectos “escondidos” do cotidiano como Perrot bem fala, uma voz que se mistura ao da multidão sem perder a força. Pode ser uma fala mal-educada, uma piada, uma fofoca, uma escrita cheia de subjetividade que passa a largo das margens de opinião. Ou seja, resistências sub-reptícias como afirma o antropólogo Pierre Clastres (1974) como forma de resistir á autoridade de forma discreta, mas desobediente.

Porém, de forma quase inescapável, há na escrita de mulheres uma reprodução normalizadora da opressão feminina e a lógica de conduta que uma boa mulher burguesa deve seguir para ser aceita na sociedade. E reproduzir as lógicas de seu regime como verdade, é um fator que Simone de Beauvoir problematiza:

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de obediência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi como ela se constitui concretamente como o Outro. (BEAUVOIR, 1949, p. 207)

Esse *Outro* que ela fala, é a própria natureza constitutiva à mulher que é construída para que ela acredite que deva ocupar o lugar que ocupa. Como um ser que não faz parte da humanidade por si, mas a partir do que o homem determina como seu papel subserviente a ele, o padrão de humanidade. E nos espaços de escrita, as mulheres reproduzem suas visões da realidade, muitas vezes presa em uma lógica de reforçar os comportamentos tidos “direitos” de uma mulher burguesa. Dessa forma, introduzo para a próxima sessão, um debate que contrasta duas obras: uma do século XIX e outra do século XX para aprofundar melhor essa discussão que identifiquei na obra principal de meu estudo e não pude deixar de me fascinar como Telles faz uma releitura de outra obra na sua.

1.2 A comparação de obras em diferentes contextos autorais - “As Meninas” de Lygia Fagundes com “Meninas Exemplares” Condessa Ségur– um diálogo entre mulheres do século XIX e XX

“As Meninas” (1973) é ambientada na cidade de São Paulo no século XX, no pensionato de freiras Nossa Senhora de Fátima em que vivem três jovens estudantes que serão as principais personagens do livro: Lorena, Lia e Ana Clara. As três representam arquétipos de mulheres muito diferente: a personagem Lorena, encapsula o arquétipo convencional de feminilidade e virgindade do universo burguês que consome o mundo a partir de coleção de objetos caros como roupas, *posters* e vinis para decorar o seu universo privado. Também possui formação religiosa cristã, porém lida com confrontos internos, pois intimamente deseja homens, porém busca zelar externamente sua imagem, mas por vezes na obra, acaba rompendo com os padrões de moça de família tradicional, ao vivenciar um romance com um homem casado. A personagem Lorena representa os ideais da burguesia sobre a mulher e é a voz que conecta a das demais personagens que são amigas. A moça além de amiga, também é a provedora generosa do trio, a que fornece do “oriehndid” (como chamam secretamente dinheiro).

A personagem Lia, que ora também se chama Rosa em homenagem a Rosa Luxemburgo, quando está com seus companheiros de luta no “aparelho”, Lião algumas vezes como se associasse a um estereótipo da mulher lésbica, é o arquétipo da mulher transgressora, feminista e ativista contra a Ditadura; de fala direta que esconde suas fragilidades e apenas as

revela quando de seu namorado, que foi preso pelo regime ditatorial. e concentra muito de sua luta para resgatá-lo. E por fim, a personagem Ana Clara, pobre, filha de prostituta e pai desconhecido, molestada na infância pelo dentista “Dr. Algodãozinho”. É uma moça que sonha em recuperar a virgindade através de cirurgia que sua amiga Lorena promete custear. Tem um relacionamento com um traficante de drogas chamado Max, que alimenta o vício de Ana Clara que tem a voz mais peculiar do trio, sua fala mistura lembranças, reflexões e o que está acontecendo de fato. Uma imersão brilhante da escrita de Telles.

A história que Telles constrói é sobre o processo que essas meninas estão passando para se descobrirem, tentando encontrar sentido para as suas existências em um país convulsionado com inúmeros problemas sociais. E a forma que a autora demonstra a variedade de existências de mulheres nesse mesmo período está em como os arquétipos femininos se tornam pontes que transcendem na escrita intimista para dialogar com o interno das mentes e corações das personagens com o contexto histórico externo que é o período da Ditadura violenta na qual as personagens buscam lidar nos seus diferentes contextos que se conectam com a amizade apesar de tão diferentes uma da outra.

A partir desse enunciado, percebo a possibilidade de articulação e comparação entre a narrativa literária de Lygia Fagundes e a transgressão evidenciada na obra do século XIX, “As Meninas Exemplares” (1858) da Condessa Ségur. Importante destacar como tal obra foi Influência fundamental para a criação do título de obra de Telles, visto que as mesmas contrastam entre si, mas também dialogam sobre como os arquétipos de mulheres e suas permanências ecoam em espaços de tempos diferentes. Essa atividade de trocas, segundo Michel Certeau em sua obra “A Cultura Plural” (1995), mesmo com temporalidade distintas, é bem diversa daquela que uma certa tradição historiográfica está acostumada a refletir, ou seja, a partir de Certeau podemos refletir o quanto Telles toma de empréstimo da Condessa Ségur, representações, percepções e expressa como o passado, presente e futuro, podem dialogar em função de um assunto relevante na contemporaneidade.

Telles expressa muito bem essa ideia com a tática de nomear seu romance tão engajado e crítico com um título “singelo” que faz referência a uma obra do século XIX que de fato possuía essas características: de ser uma obra infantilizada, “feminina”, passiva e com todos aqueles estereótipos que já se aplicam a obras ficcionais de autoria de mulheres de forma geral mesmo no século XIX e XX. Essa escolha política não se deve apenas para escapar da lente do censor, mas para construir um espaço de diálogo sobre as mulheres na escrita e na política. A referência A obra “Meninas Exemplares” da Condessa Ségur como inspiração para elaboração do título do seu romance “As Meninas” denota como Telles se apropria de forma irônica,

apresentando uma clara posição transgressora de sua obra denunciar sobre a idealização de um feminino comportado que a obra de Ségur anuncia

Fica bem claro a presença da obra de Ségur no romance de Telles, como uma bússola não apenas para seguir o caminho oposto, como também para denunciá-lo através de uma menção presente em um diálogo no final do romance de Telles, feita pela mãe da personagem Lorena. A que encapsula o arquétipo convencional de feminilidade e virgindade do universo burguês. E a conversa da mãe é com amiga feminista de Lorena, a personagem Lia. E o diálogo é sobre o comportamento “de menina antiga” de “Loreninha”, que possui um comportamento que faz a mãe lembrar do livro infanto juvenil “As Meninas Exemplares” da Condessa de Ségur. Uma menção que nos faz questionar se seriam pistas de Telles para refletirmos sobre como o modelo de mulheres na burguesia do século XIX ainda repercute nos modelos de mulheres do século XX e da sociedade contemporânea de forma geral.

Muito interessante como esse trecho revela um contraste e uma conversa sobre os valores, apesar de se encontrarem em espaços distintos de tempo. Parece um diagrama entre as obras para trabalhar a partir da personagem Lorena, que dialoga entre tempos e arquétipos de mulher se desvelando pelo propósito aparente do livro de Ségur, onde obra parece funcionar como um livro moral que crie comportamentos modelo para mulheres dentro da lógica que a classe burguesa determinou como padrão, mas que se repercutiu para as outras classes, mesmo que a própria desigualdade social, tornasse impossível uma mulher não burguesa cumprir esses critérios morais.. porém, a sociedade não ligava para a complexidade da mulher não privilegiada e simplificava a sua marginalização e punia com julgamentos morais e até mesmo institucionais como afirma Rachel Soihet:

A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto. (SOIHET, p. 368)

A personagem Lorena da obra de Telles, encarna, representa, justamente esse modelo adequado e reservado para a lógica burguesa e imposto para o restante das classes como o

comportamento de “moça antiga” que a mãe da personagem menciona na conversa com a personagem Lia. Apesar do diálogo, denunciar o favoritismo da mãe que faz de forma seletiva, uma idealização da filha, que apesar de cumprir todos os requisitos para ter uma imagem de boa moça assegurada, mantém romance com um homem casado. Fato que mesmo que a mãe da personagem saiba, ela direciona todo o seu julgamento negativo sobre o que seria oposto ao comportamento de sua filha a personagem que mais se contrasta de Lorena, a Ana Clara.

Assim, percebe-se que as personagens Lorena e Ana Clara, são os dois arquétipos de mulheres mais contrastantes na obra de Telles, não só no aspecto social que a personagem Lorena, por ser parte de uma rede de privilégios, proteção, educação, conforto e virgindade, enquanto Ana Clara foi exposta a pobreza, insegurança e violência desde sua infância, mas também e sobretudo em relação ao aspecto moral. No discurso da mãe da personagem Lorena, Ana Clara é o exemplo do que uma moça não dever. É julgada dos pés a cabeça pelos seus cabelos vermelhos, seu jeito de vestir, seu jeito não polido que faz direcionar todas as suas críticas ao aspecto moral de forma muito simbólica, pois Lorena é o feminino do século XIX, da burguesia que, mesmo vivendo no século XX, ainda é normatizada como padrão, enquanto Ana Clara apesar de toda sua vivência, complexidade e desafios sociais, representa a inadequação por não cumprir um critério primordial de valoração que Lorena possui dentro da lógica feminina convencional: a virgindade.

Esse namorado dela, o atual, você conhece? — Lia: Ligeiramente. — Fiquei com a impressão de que ele é casado, uma referência qualquer que Loreninha fez, não sei bem. . . Li na minha adolescência um livro encantador, ninguém mais lê esse livro mas a geração da minha mãe se deliciou com ele, *As Meninas Exemplares*, da Condessa de Ségur, você já ouviu falar? Quando vejo Loreninha com seu jeito de menina antiga penso nesse livro — suspirou e cobriu os olhos com o lenço. — Dessa outra amiga de vocês não gosto muito, já que estamos na hora da verdade, deixa que eu diga, essa ruiva, estava outro dia numa boate com uma roda esquisitíssima. Bonita, sem dúvida, mas tão vulgar. Como é que chama mesmo? — Lia: Ana Clara. — Isso, Ana Clara. (p.194-195)

A obra que é citada pela mãe da personagem Lorena, “*As Meninas Exemplares*” é uma obra infanto-juvenil escrita em 1858, aos 60 anos de idade pela Condessa de Ségur, nome que foi mais conhecida, mas seu verdadeiro nome era Sophie Feodorovna Rostopchine, nasceu no seio de uma família aristocrática na Rússia e se casou com o Conde Eugène Ségur em 1819. Foi um matrimônio em grande parte infeliz: seu esposo era ausente, descuidado, além de pobre (até ter se tornado um dos Pares de França, em 1830). Sua obra “*Meninas Exemplares*” é a

continuação da primeira história de “Os Desastres de Sofia” (1856), criança incompreendida e que tenta o seu lugar no mundo. Neste segundo volume, Sofia agora é acompanhada de suas amigas, Madalena e Camila, as verdadeiras meninas exemplares, dotadas de uma simplicidade natural, de uma educação exemplar e de uma beleza inata. Contrastando com Sofia, rebelde e impulsiva que na sua perspectiva, fica sempre em desvantagem das amigas. Sente-se bruta, feia e má e reflete sobre a sua identidade e demonstra desesperadamente querer se encaixar, de se enquadrar e de aprender a ser como suas amigas. Sua família é devastada pela morte dos pais e sua madrasta que está a cargo de sua criação, não pertence a este ambiente aristocrático de suas amigas, o que é visível na sua forma de estar, de se relacionar e, sobretudo, de educar.

E é precisamente na dualidade entre estes dois ambientes – a perfeição da vida das amigas e o seu infeliz fardo de fazer parte de uma realidade fora da vida aristocrática que a personagem Sofia tenta se encontrar. Percebamos que desde a releitura do nome da obra que Telles toma emprestado da obra de Ségur à menção em um diálogo no livro não é casual, pois Telles faz uma denúncia de forma existencialista para a reflexão sobre esses ideários de mulheres em tempos distintos, mas que ainda se intercalam. E o contraste que a autora de forma sugestiva nos mostra acentua como seu livro denuncia o período da Ditadura sem perder de vista um debate que enriquece o cenário que é a prisão moral de mulheres. E o contraste é uma atividade para melhor destacar alguns elementos como diz o antropólogo Roberto DaMatta, de forma que podemos emprestar a essa análise de como o contraste revela a repercussão não tão distante como se pressupunha de certos comportamentos.

Apesar das diferenças e por causa delas, nós sempre nos reconhecemos nos outros e eu estou inclinado a acreditar que a distância é o elemento fundamental na percepção da igualdade entre os homens. Deste modo, quando vejo um costume diferente é que acabo reconhecendo, pelo contraste, meu próprio costume. (DAMATTA. p. 24)

Mesmo que DaMatta aplique essa análise para a área da Antropologia e o seu processo de relativização, podemos traçar como esse contraste que o autor trabalha, nos possibilita para discutir sobre a repercussão de comportamentos mesmo que em tempos aparentemente distantes das suas obras. “Meninas Exemplares” de Ségur ao se tratar sobre meninas crianças e escrita no século XIX, ainda possui os valores considerados por muitos da atualidade e no tempo de publicação de Lygia (século XX), como os valores que devem ser seguidos para se tornarem as *mulheres exemplares*, se trabalhando desde a infância. E que mulheres são essas? Mesmo que o livro fale sobre a reflexão de ser criança em um universo de contradições, que crianças são

essas? Seria qualquer criança ou o gênero e o fator social está presente nessa consciência infantil de ternura, adequação e passividade?

Segundo a escritora Maria do Rosário Pedreira que prefacia o livro de Segur em 2020, a obra aborda os disparates e as ligações emocionais para com terceiros que pouco mudaram entre o século XIX e o XXI, sobre o essencial do que é ser criança. Porém devemos refletir. Que criança é essa? É correto afirmar que é estático essa essência? É mesmo algo essencial? É coincidência Lygia conectar a obra ao título seu romance? O fato da obra também possuir três moças e uma delas se sentir á margem seria Sofia e Ana Clara reflexões sobre a inadequação de exigências que não contemplam a complexidade de suas vidas como mulheres?

O diálogo de reprodução e rupturas na escrita de mulheres não exprimem apenas pontos de vistas históricos diferentes ou ideários opostos, esse diálogo apresenta uma repercussão sobre a constante luta da marginalização por ser mulher e a busca por formas de explicar sua existência e combatê-las em um eterno confronto existencial que por vezes reproduzem as lógicas do que é *possível* e convencional para que se possa desconstruir. E se faz necessário esse breve preambulo sobre a escrita de Lygia e Condessa Ségur, mulheres do século XIX e XX para reafirmar que o desenvolvimento da expressão da mulher na escrita é diretamente vinculado a sua gradual ruptura que dança com dupla articulação de atuar onde lhe é permitindo para a partir desses espaços, abrir brechas para que se tornem portas em que não sejam escondidas ou discretas.

Realizar uma releitura com o passado para dialogar com o presente, fortifica as disparidades que mulheres ainda são submetidas mesmo que seja em outro espaço de tempo. E a escrita como resistência, tem como elemento vital o aspecto transgressor quando seu nascedouro foi nas margens, uma fonte que embora alguns movimentos da História oficial, busque contemplar ainda é dominado por uma escrita convencional que reforça os padrões que normatizam as opressões. Como problematiza Michelle Perrot quando diz que a História oficial, privilegiou os registros sobre os eventos acontecidos na esfera pública em que a mulher do século XIX, não ficou apenas reduzida ao espaço privado, como não lhe era permitido fornecer sua perspectiva de memória na História oficial. Essas mesmas mulheres tiveram que desenvolver estratégias de sobrevivência do que lhe restaram em reclusão sob a escrita discreta da vela à noite para que dominasse os espaços oficiais da publicação à luz do dia.

Inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a formas específicas de escrita pública (educação, caridade, cozinha, etiqueta), elas se apropriaram progressivamente de todos os campos da comunicação - o jornalismo por exemplo - e

da criação: poesia, romance sobretudo. história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente. Debates e combates balizam estas travessias de uma fronteira que tende a se reconstituir, mudando de lugar. (PERROT. p.13)

O que Perrot afirma, é a constante busca de ar que a mulher busca para respirar em uma sociedade que torne normal que ela respire sim, só que menos que o homem. A mulher ocupa espaços e precisa provar constantemente que são seus por direito, mesmo que não seja atribuída a ela a mesma humanidade para o homem como padrão, cabe a mulher se provar como integrante da comunidade humana e não apenas um “outro” ser. Um ser menor, sem direito, sem voz, sem liberdade que precisa constantemente lutar e a provação para o seu direito de existência deve ser alicerçado pelo debate, estudo e resistência, de forma que torna a História oficial, um grande campo para formar aliados pela busca da restituição história das mulheres.

II A IMPORTÂNCIA DAS NOVAS TENDÊNCIAS EMERGENTES NA HISTORIOGRAFIA PARA RESTITUIR A HISTÓRIA DAS MULHERES

A análise dessa progressão é bastante dialética com a ruptura das formas até então “oficiais” de expressão. A entrada dos tidos marginalizados no campo da escrita não traz apenas uma nova perspectiva como também traz uma autenticidade em que autoria trabalha com a *parresia*, aspecto analisado pelo filósofo Michel Foucault em sua obra *História da Sexualidade: o cuidado de si* (2009), ou seja, uma escrita de si que expressa experiências e vivências de sua verdade que se inscreve no próprio ato de escrever. A mulher ao conseguir se inserir progressivamente nos espaços de comunicação, se insere com a perspectiva de quem teve esse e outros espaços negados. E é aí que está um dos aspectos de sua autenticidade, que por maior que sejam os esforços da escrita masculina na tentativa de descrever a opressão das mulheres, jamais poderia alcançar de forma autêntica essas experiências. Nesse sentido, há inúmeras evidências de como na História oficial, a apropriação da memória para descrever os marginalizados a partir da ótica dos que dominam, não apenas deturpa como cria outras formas de silenciamento reforçando a marginalização.

Não basta acrescentar as mulheres nas descrições e registros da História oficial. É preciso repensar o próprio saber histórico oferecendo as narrativas de vivências de mulheres e demonstrando as consequências desse silenciamento. E por isso a autoria de Telles como *mulher possível* não é apenas um objeto de estudo que trago para discutir uma obra produzida em um período histórico que foi a Ditadura. Trago a perspectiva dessa *mulher possível* para combater os silenciamentos de mulheres sobre esse período que inscreve sua existência como mulher e como autora. Da mesma forma como não me dissocio da necessidade dessa discussão sendo eu, uma mulher buscando construir o ofício de historiadora, não consigo fugir da importância desses temas para o exercício de minha própria existência que está subordinada à todos os campos, seja acadêmico e pessoal. Sendo esse sentimento embasado por uma profunda construção histórica de silenciamento e inadequação da mulher na sociedade.

A história das mulheres, independente do silenciamento, foi sim escrita a partir das vozes de pioneiras que não aceitavam de forma passiva as mordças para conquistar o seu silêncio. E nem puderam ignorar seus percursos que foram muitas vezes flagrados através de retratos, biografias, e registros em geral, nessa tentativa de mudez sobre discussão de gênero no campo na História oficial. E no decorrer das rupturas que a *mulher possível* vai conquistando para os espaços públicos, ainda que dialogando com as resistências sub-reptícias, a História oficial que escrevia a partir de homens e para homens, se transmuta para abrir uma discussão

que toma a questão de gênero como a relação motor para análise histórica, fundamentando o caminho para pluralizar os objetivos das investigações históricas trazendo as mulheres como objeto e sujeito da história.

Quando se fala da História oficial que silencia as vozes e vivências de mulheres, a história positivista casa como evidência no que diz respeito à prioridade dos temas trabalhados serem de exclusivo interesse pela história política e pelo domínio público, ou seja, as fontes administrativas, diplomáticas e militares que mulheres não aparecem e não podiam aparecer. No entanto, na Escola dos *Annales*, voltando para a história do cotidiano de forma interdisciplinar para trabalhar o concreto dentro de suas especificidades sem se ater a uma racionalidade universal, que mesmo que não tivesse incorporado as mulheres à historiografia como objeto de análise protagonista, em muito contribuiu como um caminho inicialmente pavimentado para essa discussão. O marxismo vê a problemática que divide o gênero homem e mulher e suas desigualdades como uma contradição secundária que será solucionada quando for instaurada uma sociedade sem classes. No entanto, há no século XIX, marxistas engajadas que assumem a problemática de gênero de grupos marginalizados pela história, ou seja, das mulheres das massas que não tem espaço nas determinações burguesas de modelos de mulher, trazendo sim grande contribuição em trazer as mulheres no campo historiográfico. Como a intelectual comunista Alexandra Kollontai (1872-1952), que em sua obra *A Relações entre os Sexos e as Lutas de Classe* (1911) afirma.

Entre os múltiplos problemas que perturbam a humanidade, ocupa, indiscutivelmente, um dos primeiros postos, o problema sexual. Não há uma só nação, um só povo em que a questão das relações entre os sexos não adquira cada dia um caráter mais violento e doloroso. A humanidade contemporânea passa por uma crise sexual aguda. Uma crise que se prolonga e que, portanto, é muito mais grave e difícil de resolver. (KOLLONTAI, 1911.)

No entanto, é com a terceira onda feminista a partir dos anos 60 do século XX, que a história das mulheres ganha força a partir de movimentos mais concentrados e protagonizados. Nos anos 60 o feminismo militante, que tomou as ruas, surge como uma consequência da resistência das mulheres à ditadura, protagonizando a questão da mulher. Um movimento que tinha como um de seus objetivos, contestar o poder, tanto no mundo privado das relações entre homem e mulher, quanto dentro da sociedade. E foi também o movimento em um período marcado pela supressão dos direitos constitucionais, pela censura, perseguições políticas e forte repressão e silenciamento dos que se atreviam a se opor ao regime. A ditadura ditou e

influenciou o cenário e propiciou mudanças significativas na sociedade brasileiras, fazendo com que surgissem grandes desigualdades sociais, políticas, culturais e econômicas. Este momento da história do Brasil proporcionou o surgimento de ideias que pregavam, além da liberdade de pensamento, a igualdade entre os gêneros.

Na França, assim como em várias outras partes do mundo, há uma demanda de estudos sobre mulheres nos espaços universitários. Isso resultou na criação de universidades francesas em 1973 com cursos, disciplinas, aulas, reflexões e pesquisas tornando a história das mulheres um tema de estudo internacionalmente reconhecido. O percurso de Michelle Perrot na trilha da História das Mulheres parece ter se iniciado em 1973, quando Perrot assistiu o curso que Denis Diderot ministrou chamado "As mulheres têm uma História?", no qual apresentava temas possíveis de pesquisa para os trabalhos de conclusão de curso que proporcionou material para a publicação da coletânea *Une histoire de femmes, est-elle possible?* "Uma História de mulheres é possível, publicado, na França, em 1984, pela Rivages¹. Tal percurso de pesquisa levaria Michelle Perrot a tornar-se conhecida internacionalmente, não somente por seus trabalhos, mas, também, por seus estudantes que orientou em suas teses de doutorado, trabalhos que tornaram livros prefaciados por ela, causando impacto no balanço das pesquisas da época.

Um ramo pioneiro no campo da História fruto do questionamento no pós estruturalismo, segundo Joan Scott (1989), permite questionar as categorias unitárias e universais que tratavam como naturais, homens e mulheres de forma inata a partir de uma polarização de um sujeito humano universal e são essas reflexões que permitem que se supere uma análise dicotômica que vitimize ou parabenize os sucessos das mulheres na história percebendo as cadeias complexas de suas agências, tornando relevante a perspectiva que mesmo que oprimidas, não eram elas apenas passivas de sua opressão. Em nota, Joan Scott no seu texto "Gênero, uma categoria útil para a análise histórica" (1989), menciona fragmento do trabalho de três feministas: Ann D. Gordon, Mari Jo Buhle e Nancy Shrom Dye que é muito pertinente:

que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto as atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (SCOTT, p.11)

¹ Entrevista de Françoise Thébaud a Janine Gomes da Silva, publicada na *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, 2003, p. 196-216.

Claro que para que a articulação de como as mulheres na história seriam trabalhadas dependia de como os estudos de gênero se desenvolveriam como categoria de análise. Ou seja, não se poderia apresentar as experiências de mulheres sem articular gênero com raça e classe. Como trabalha Carla Akotirene (2017), que discute o conceito de interseccionalidade:

como forma de abarcar as vivências e intersecções a que está submetida uma pessoa, em especial, a mulher negra. O termo define um posicionamento do feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade cis hetero patriarcal branca e de base europeia, desfazendo a ideia de um feminismo global e hegemônico como voz única. (AKOTIRENE, 2017, p.11)

Refletir as mulheres na história sem considerar que as desigualdades de poder funcionam sob esses três eixos, leva à armadilha de universalizar apenas através da perspectiva privilegiada de mulheres na macro e microestrutura das desigualdades. E é importantíssimo trazer esse preambulo sobre como gênero se tornou uma categoria de análise que abriu as portas para discutir mulheres de forma protagonista na história para articular com a obra literária *As Meninas* publicada por Lygia Fagundes em 73, contemporânea ao surgimento das demandas de estudos sobre a história das mulheres na França, enquanto no Brasil o chumbo e a censura compactuavam com a violência para controlar os corpos e mentes de quem discordasse do Golpe Militar. Mas o combate não ficou restrito ao tempo em que ocorreu a ditadura. A batalha também se encontra nos campos da memória sobre o período. E no próximo capítulo tentarei articular isso ao que já foi discutido sobre a dominação da escrita masculina.

III DITADURA MILITAR – ONDE ESTÃO AS MULHERES NAS PRODUÇÕES DE MEMÓRIA SOBRE A DITADURA?

3.1 O cenário histórico e suas articulações do Golpe de 64 e a Ditadura Militar

Enquanto no campo da História nos anos 60 do século XX se inicia as discussões de gênero para abrir caminho para o protagonismo da mulher e suas vozes oprimidas no campo historiográfico, no Brasil, no campo político o governo se ocupava em usurpar o direito da liberdade de expressão, em institucionalizar a tortura e perseguir os opositores do Golpe de 64. E se faz necessário contextualizar que o Golpe teve os indícios de seu nascimento já no período anterior ao ano em que foi oficialmente deflagrado que foi 1964 abrindo caminho para o Regime Militar que durou até 1985. Porém, muitos historiadores atribuem que a primeira tentativa fracassada do Golpe ocorreu em 1962, quando os ministros militares impediram a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros em 1961. No entanto, segundo Marcelo Badaró Mattos e sua análise em *Os trabalhadores e o golpe de 1964* (2005) “os conflitos verticais” e a formação da “primeira teoria de dependência” que articula com o estudioso Ruy Mauro Marini em *Dialética da Dependência* (1973) explica como as relações entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora agroexportadora e seus conflitos internos, geraram conflitos de classe que conversavam com a economia internacional e sua lógica.

No entanto, para Marini o cenário de conflitos de classe não se define como a única pavimentou o caminho para o Golpe de 64 e muito menos de a razão ter sido apenas influências socioeconômicas externas. Segundo Philip Demier e *O longo bonapartismo político (1930-1964)* (2013), depois do governo Dutra (1946-1951), a força coerciva esteve focada apenas nos trabalhadores que se dissolveu e atingiu outros setores em todo restante do período até 64 para o que chamamos de período *semibonapartista*. Que com o uso da máquina burocrática para manipulação das massas, como Kafka² a partir de um parâmetro existencialista em sua obra “O Processo” (1925) expressa que não apenas o Estado se utiliza da burocracia para a manipulação dos trabalhadores, mas para a perpetuação da alienação nesses processos, tornando a dita natureza justa que contempla os direitos da Constituição, não passa de uma mera ilusão na qual a hegemonia da burguesia industrial subordinada ao populismo buscou prosperar.

Percebe-se então que o processo da formação do caminho para o Golpe, pode ter se fundamentado desde as características do *bonapartismo político* como analisa Demier, que ocorreu forma dialética, com barganhas, negociações que iludiam obedecerem a lógica democrática, porém alimentavam os interesses das classes dominantes através do aparelho

estatal. E o que é extremamente importante é perceber como as formas de governo e seu aparelhamento coercivo nesse período manobram de forma institucional e social as massas brasileiras para que o ovo da serpente viesse eclodir ao que veio a ser o Golpe de 64.

Os conflitos de classe e as questões econômicas pesaram para O Golpe de 64 sob uma visão dualista do cenário econômico e brasileiro que estava dividido no período de 40-60 entre “arcaico” e o “moderno”, ou seja, os camponeses e os operários. E como esse dualismo pesou para a esquerda opositora a toda a lógica liberal capitalista e que foi atuante como o caso PCB, que apesar disso, agiu de forma fragmentada, sobretudo porque ela priorizou os trabalhadores industriais. A não priorização das ligas camponesas que buscaram reagir à truculência e exclusão de seus direitos durante um período que seria o auge da luta de classes no Brasil na décadas de 1940/1960, pela fraqueza da articulação das frentes de esquerda no campo e um aparelhamento fragmentado, pegou desprevenida a união do aparelhamento da força dos militares, de forma que interrompeu o processo de luta de classe para o fatal Golpe de 64 que implantou Ditadura Militar no Brasil, que haveria de durar mais de duas décadas que deixariam cicatrizes que até hoje, são insuperáveis cicatrizes essas, constantemente revisitadas.

No entanto, busquei exemplificar com os teóricos acima sobre o período do Golpe e da Ditadura que foram muito bem trabalhados durante minha graduação em História, para evidenciar que embora importantíssimas as perspectivas, as mulheres enquanto sujeitos atuantes nesse período se dissolvem ou ficam muito de fora das narrativas historiográficas que priorizam a luta de classes. A partir de um grande movimento na historiografia da década de 80, que traz gênero como categoria de análise para o campo da História, se tem também grande influência para que as discussões sobre como a mulher ingressa nesses espaços de memória, no entanto, é muito evidente, ainda a grande disparidade de dominação da memória sob autoria masculina no que diz respeito sobre o período do Regime Militar no Brasil.

Percebe-se uma disparidade de protagonismo em relação às publicações de mulheres sobre a memória do Golpe de 64 e do Regime Militar se comparadas às dos homens. Essa hegemonia masculina guia vários pontos e se faz necessário problematizar, VISTO QUE ESSA porque essa construção é não apenas pelo cunho ideológico que se pretere, mas também está vinculada à questões de gênero em que impossibilita o protagonismo da escrita de mulheres no campo da memória. Por isso evidenciei como o jornal Folha de São Paulo (2014)³ que narra os tempos pós Golpe de 64 e a Ditadura Militar brasileira para a revisar a memória desses eventos, produz um silenciamento das mulheres e suas memórias. Que ao analisar como a relação entre memória, esquecimento, ditadura militar e mulheres, construção social da memória da ditadura é feita quase exclusivamente do ponto de vista masculino e com destaque para homens. E nesse

³ Site hospedado no link folha.com/golpe64, acesso em 30 de Março de 2022

sentido, deve-se questionar esse silenciamento das experiências das mulheres, seja na questão da vida privada, seja em relação à da luta política dos registros históricos.

3.2 A publicação “comemorativa” do cinquentenário do Golpe de 64 pelo Jornal *A Folha* (2014) e o silenciamento das mulheres

Um exemplo de uma narrativa que silencia e reproduz o lugar de ausência das mulheres na memória e na história como sujeitos é a publicação “comemorativa” do cinquentenário do golpe de 64 pelo jornal a folha (2014), publicação que uso para expor a disparidade das mulheres no campo da publicação sobre a Ditadura, quando foi “comemorado” o cinquentenário do Golpe Militar de 64. Fato que se articula com a problemática que as produções jornalísticas não são apenas registros do que é considerado relevante socialmente, mas se utilizam também do passado para interpretar a história contemporânea, especialmente em comemorações.

Portanto não se pode perder de vista o peso que as publicações jornalísticas podem catalisar no que diz respeito à produção de opiniões tendenciosas como fatos, devido ao *status* de serem informativas. E com a subordinação das mídias digitais, as publicações jornalísticas se dispõem de um tratamento próprio dos conteúdos destinados aos assuntos históricos, que fabricam versões de memória. E a dominante digitalização e o arquivamento no qual se organiza o material jornalístico que converge e se une aos novos processos de arquivamento, permitindo efetuar esses registros em uma lógica de acesso simplificado e capacidades e de armazenamento e propagação de baixo custo torna avassalador seu impacto na construção das memórias nas massas.

O que torna necessário trazer para a discussão a *Folha de São Paulo* em 2014 para contextualizar o poder da fabricação da memória por essas redes que não só preteriram uma versão deturpada e dominante ao alimentar a visão “comemorativa” do Golpe, como para também evidenciar o apagamento das mulheres nesses processos. A obra “As Meninas” de Telles, foi um contra-ataque que ela efetuou no cenário de registro, mesmo que no campo literário e em uma época diferente, contudo, que foi contemporânea ao Golpe no ápice da censura. Se autora escolheu publicar sua obra devotamente contra o Golpe em 1973 no ápice da censura, o Jornal A Folha publica em 2014 no dia 23 de com o nome “Tudo sobre a Ditadura Militar”, disponível também como “reportagem multimídia” que reuniu conteúdo de oito páginas, composto por oito textos – sete deles assinados com os temas: motivações para o golpe, estruturas de repressão e combate à luta armada, bom desempenho da economia resistências no

campo cultural, comportamento de órgãos de imprensa e até um espaço para a ficção com um bloco de “respostas” a perguntas como “E se Jango tivesse resistido ao golpe?”

Lembrando que o jornal A Folha, faz questão de fazer propaganda de seus métodos de produção como democráticos ao afirmarem que os “princípios editoriais do Grupo Folha são independência, jornalismo crítico, pluralismo e apartidarismo”. O que é no mínimo irônico já que o jornal fez questão de publicar o texto assinado pelo general reformado do Exército, Carlos Meira Mattos, no qual ele afirma.

A derrubada do governo João Goulart não foi um golpe militar, como hoje insistem em tachar e propagar certos setores políticos e da imprensa. O dia 31 de março de 1964 foi, sim, o marco que coroou a resposta da grande maioria dos brasileiros, apoiada pelas Forças Armadas, ante as ameaças e as tentativas de implantação de um regime político incompatível com a nossa vocação de viver numa sociedade livre e democrática.

O engodo do discurso de se afirmar um jornal “plural” e “apartidarista” é claramente um escudo para as respostas críticas ao que eles enfatizam, mas é bem clara quais as vozes são preteridas nesse “pluralismo”, que só reiteram não apenas o viés ideológico que apaga os inúmeros fatos que atacaram a democracia durante o período, como também apagou o sofrimento das vítimas das torturas e dos movimentos de mulheres do período.

A publicação dá pistas de como a memória é construída de forma enviesada ao convidar doze figuras consideradas importantes para responder a pergunta do por que Jango foi deposto em 1964? Essa questão é direcionada exclusivamente a homens brancos especialistas de diferentes áreas, para assim cumprir de forma performática o que seriam os pontos de vistas plurais, mas que serve para novamente dar espaço para a escrita predominantemente masculina que além disso, fortifica perspectivas de exceção sobre a memória do Regime em um dito “pluralismo” que não inclui vozes indígenas, da mulher negra, do homem negro, do gay, da lésbica, da mulher e entre outros. Se um jornal se prontifica a publicar uma matéria cujo título é “Tudo sobre a Ditadura Militar”, qual a impressão que se toma sobre esses grupos não incluídos? Que eles nesse período foram passivos, que não atuaram em absolutamente nada, que não participaram ativamente? As mulheres desapareceram? Não há autora que tenha publicado algo contra o Regime Militar no ápice da ditadura em 73? Simplesmente parece que a Folha esqueceu de forma seletiva de publicações que tiveram mulheres a frente de forma ativa

que enfrentaram as narrativas que idealizavam esse período, e Lygia Fagundes Telles foi uma delas.

Mesmo que vários mecanismos de comunicação não tenham sequer dado o mínimo valor às mulheres atuantes contra a Ditadura, isso não significa que não tenha havido canais de comunicação combatentes do privilégio da memória masculina e idealista sobre o período. Entre as publicações, vale destacar o *Brasil Mulher*, primeiro jornal feminista dos anos 1970 no Brasil, feito por mulheres e especialmente para mulheres, entre 1975 e 1980. Assim como o jornal *Mulherio*, criado por jornalistas e acadêmicas, entre 1981 a 1988 tendo a historiadora Lélia Gonzalez como uma das editoras com vários textos que questionam o mito da democracia racial, sua reportagem “E a trabalhadora negra, cumé que fica?”, de 1982 que já apresentava a necessidade de se pensar um feminismo interseccional.

Essas são as expressões das *mulheres possíveis* incansavelmente atuantes e combatentes contra os seus silenciamentos e apagamentos. E nesse panteão de *mulheres possíveis* combatentes. Lygia Fagundes rompe todas as mordças no período mais ferrenho da censura e publica *As Meninas* em 1973. Rompendo com sua obra os estereótipos de mulheres da literatura se utilizando deles como ferramenta proposital. Assim como o menosprezo do machismo pela escrita de mulheres para enganar e vencer a censura trazendo vozes de mulheres representadas em suas personagens sendo assim a mulher possível autora escrevendo sobre mulheres possíveis para mulheres possíveis

IV AS MENINAS EM BUSCA DE SUAS MULHERES POSSÍVEIS DURANTE A DITADURA

4.1 – A autoria e a vivência transgressora de Lygia Fagundes Telles

Lygia Fagundes Telles nasceu em 19 de abril de 1923, na cidade de São Paulo. Filha do promotor público Durval de Azevedo Fagundes e da pianista Zazita ou Maria do Rosário. Lygia viveu parte da infância no interior do estado, retornando ainda jovem para a capital. Aos 15 anos com a ajuda do pai, publicou seu primeiro livro, “Porões e Sobrados” (1938), que foi uma coletânea com doze contos. Sempre muito interessada pela carreira literária, Lygia enviou um exemplar de seu primeiro livro para o já conhecido para Erico Verissimo, dando início a uma amizade que duraria toda a sua vida. E alguns anos depois, ingressaria no curso de Direito da USP, onde também cursou Educação Física.

Ainda estudante, Lygia colaborou com os periódicos Arcádia, uma revista-laboratório do curso de Estudos Literários do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP e XI de Agosto, além de frequentar rodas literárias, onde conheceu Mário de Andrade e Oswald de Andrade. Foi também nesses eventos que conheceu quem viria a ser seu futuro marido, o crítico de cinema e ensaísta Paulo Emilio Salles Gomes, que foi também um dos fundadores da Cinemateca Brasileira. Seu primeiro casamento foi com o jurista Goffredo da Silva Telles Jr., com quem teve o único filho, Goffredo da Silva Telles Neto, autor do documentário Narrarte (1990), que trata sobre a vida e a obra de sua mãe.

Nos anos 70, Lygia obteve sucesso no exterior com os seus contos de “Antes do baile verde”, que recebeu o Grande Prêmio Internacional Feminino para Estrangeiros, na França. Também ganhou vários prêmios importantes, como o Jabuti pelo o romance foco desse trabalho, “As Meninas” (1973), que em 1982 foi publicado internacionalmente em Nova York, com o título adaptado “*The girl in the photograph*”. E em 2005 recebeu o prêmio Camões, pela maior distinção literária da língua portuguesa e em 2016, foi indicada ao Prêmio Nobel. E no cenário brasileiro no começo do século XX, Lygia foi uma das pioneiras ao se lançar como ficcionista e publica em um dos períodos mais truculentos da história do Brasil a sua obra “As Meninas” em 1973, no ápice da censura e da institucionalização da repressão, e de quando se silenciavam muitas vezes tirando a vida, as manifestações opositoras a Ditadura.

Em 1976, Telles fez parte do grupo de intelectuais que foram a Brasília entregar o importante manifesto contra a censura, o “Manifesto dos Mil”. O que evidencia que Lygia foi atuante contra a Ditadura não apenas em sua obra que relata metaforicamente esse período de

“Anos de Chumbo,” Mas que também foi ativa em protestos e ocupações que só reiteram sua posição como mulher cidadã e autora. Mas o que vale destacar, foi como Lygia se posiciona brilhantemente contra a Ditadura dentro do que se articulou mais cedo, do uso dos lugares possíveis dispostos às mulheres possíveis em uma dupla ironia de mergulhar no ponto chave que fala contra o período em um diálogo intimista desenvolvido em um universo de três jovens mulheres buscando descobrir a vida adulta durante o período histórico da Ditadura.

Lygia foi uma das primeiras ficcionistas a escrever sobre as torturas e violações dos Direitos Humanos enquanto ocorriam na Ditadura. A articulação que a História e a ficção efetuam entre si pode ser riquíssima que segundo o intelectual Paul Ricoeur em “Tempo e Narrativa” (1997), a literatura e a história encontram os mesmos problemas, pois a História e a literatura conseguem concretizar em suas intencionalidades tomando emprestadas uma da outra, ou seja, que se possa por exemplo ler um livro de História como se fosse um romance, realizando o pacto ente a voz narrativa e a voz do leitor implicado, de forma que o historiador possa “pintar” uma situação e seu cenário que torne a restituição dessa memória que dê vivacidade a cadeia de pensamentos no discurso interior, pois isso por consequência também torna acessível a obra histórica para o leitor. Ao recriar eventos históricos, se toma uma narrativa responsável com os fatos e dados, sem enfraquecer sua representação.

E a ficção também se utiliza de fatos históricos para pintar seus enredos e ambientar suas narrativas. E com a obra de Lygia Fagundes “As Meninas”, se tem uma ficção a serviço de aplacar o esquecimento da memória do Regime Militar, e trás a perspectiva de mulher combatendo o apagamento e silenciamento das vozes de mulheres que estiveram e escreveram esse cenário. A memória restitui a importância, por mais que seja proveniente de um trauma, o esquecimento, o apagamento de um período tão ferido como a Ditadura, ou uma perspectiva dominante que seja de homens para homens que idealizem esse período na memória, causa um duplo apagamento, o da dor dos eventos e daqueles (e daquelas) que se feriram. Como diz Ricoeur.

(...) talvez haja crimes que não se devam esquecer, vítimas cujo sofrimento peça menos vingança do que narrativa. Só a vontade de esquecer pode fazer com que esses crimes não voltem nunca mais. (RICOEUR, 1997. p.327)

Apesar do romance de Lygia Fagundes ser ficcional, há um aspecto importantíssimo a se destacar sobre o que considero, um aspecto documental na obra. Segundo o livro de memórias de Lygia Fagundes “Conspiração de Nuvem (2007) Lygia afirma que incluiu no seu romance

um texto que descreve uma sessão de tortura que seu marido Paulo Emílio Salles Gomes, professor na USP.

Um jornalista pediu-me detalhes, E então? Tinha algum livro ameaçado de proibição? Conteí-lhe que publiquei um romance, As meninas, no qual uma das personagens, exatamente uma jovem subversiva, lê um panfleto que Paulo Emilio recebeu pelo correio. Era o relato desesperado de um preso político torturado provavelmente até a morte. A solução que encontrei foi reproduzir o panfleto que a minha personagem subversiva vai lendo para uma freira. [...] Dobrei a cópia da página do meu livro e guardei-a na bolsa. Então esse romance saiu em 1973, acrescentei. O jovem ficou me olhando meio perplexo, E ainda não foi censurado? Perguntou e conteí-lhe o que Paulo Emilio tinha ouvido, o censor chegou até a página 72 e não foi adiante porque achou o livro chato (TELLES, 2007, p. 64-65)

Telles não trás apenas a tortura na perspectiva ficcional, ela traz como evidência de sua participação histórica, como uma testemunha, como uma guardiã dessa memória e como de forma muito consciente, agenciou que sua obra escapasse do censor de forma muito irônica, usando o que eles já pressupunham ser sua obra. Que se tratava de apenas singelas meninas tricotando assuntos sem grande repercussão ou importância. Como estavam enganados, ou melhor, foram enganados. Pois as três personagens de Telles proporcionam uma riquíssima interação que a linguagem literária permite para enxergar o cenário da Ditadura através de uma imersão mais pessoal, intimista, sentimental e forte.

4.2 A obra “As Meninas” – diálogo intimista entre três mulheres possíveis no período da Ditadura

A história do romance se desenvolve em um pensionato em que se reúnem três moças que articulam entre si, suas realidades: a personagem Lorena representa a burguesia, liberal, religiosa. A personagem Lia (Rosa) comunista, anti-clériga, feminista declarada e atuante no movimento de esquerda contra a Regime Militar. E a personagem Ana Clara, filha de prostituta e pai desconhecido, abusada na infância, dependente de entorpecente se relaciona com um traficante de drogas. E a história se desenvolve no fluxo de pensamento dessas personagens, sem apenas o narrador onisciente, e a história se desenvolve através dos diálogos e os pensamentos das personagens, cuja ponte para todo esse fluxo, é Lorena, a que reside no pensionato de freiras.

A narrativa no livro, é composta pelo fluxo de pensamento de três personagens: Lorena, que centraliza a conversa entre as duas demais personagens Lia (Rosa) e Ana Clara e domina a voz dos primeiros 5 dos 12 capítulos do livro 12. Os capítulos são apenas enumerados, sem nomes. E os arquétipos de mulheres criada por Lygia são representados por essas três moças de forma que Lorena Vaz Leme representa a burguesia liberal religiosa e reflete filosoficamente a partir de sua religiosidade e virgindade, o que cria tensões e dilemas de sua natureza sexual que conflita com a clausura e castidade que a sociedade demanda dela como mulher de sua classe que representa a convenção. O que faz o pensionato de freiras que mora, ser o seu universo, rodeada de itens do exterior que enfeitam sua clausura idealizadora e sonhadora que lembra muito o que Perrot fala sobre as mulheres que na reclusão do universo doméstico, tentam significar suas vidas a partir de “miudezas”. Com isso em mente, se percebe que o fato de Lorena ocupar boa parte inicial do livro, possivelmente foi uma esperta estratégia tática de Telles para desviar o olhar do censor que chegou apenas a página 72 possivelmente porque ficou entediado por ter deduzido ser um livro muito íntimo sobre o universo feminino como afirma Telles em seu livro “Conspiração de nuvens” (2007).

O relato de tortura falado pela voz subversiva de sua personagem Lia, comunista, anticlerical, feminista declarada, se apresenta em um diálogo apenas na página 124, com a figura clerical de uma das freiras do pensionato, a Madre Alix. Diálogo que faz parte do capítulo 6 que se inicia na página 105, em que a voz de Lia, domina o fluxo de pensamento e narrativa com elementos que já seriam mais que suficientes para até o censor menos desatento, identificar as pistas nesse capítulo que claramente entregariam a obra como uma grande apologia a tudo que a Ditadura horrorizava, até mesmo, de forma caricata como personagens históricos citados no diálogo entre Lia que quando está com seus companheiros de luta, se chama de Rosa em homenagem a Rosa Luxemburgo e seu companheiro do “aparelho”, Pedro, que conversam sobre Che Guevara, Martin Luther King entre outros. Mas a transcrição do relato de tortura não deixa brechas para duvidar do posicionamento contra a Ditadura da obra da autora.

Não consigo mais ficar sentada, me levanto. Assumo o risco.

— Não, Madre Alix. Confesso que estou mudando, a violência não funciona, o que funciona é a união de todos nós para criar um diálogo. Mas já que a senhora falou em violência vou lhe mostrar uma — digo e procuro o depoimento que levei pra mostrar a Pedro e esqueci. — Quero que ouça o trecho do depoimento de um botânico perante a justiça, ele ousou distribuir panfletos numa fábrica. Foi preso e levado à caserna policial, ouça aqui o que ele diz, não vou ler tudo: *Ali interrogaram-me durante vinte*

e cinco horas enquanto gritavam, traidor da pátria, traidor! Nada me foi dado para comer ou beber durante esse tempo. Carregaram-me em seguida para a chamada capela: a câmara de torturas. Iniciou-se ali um cerimonial freqüentemente repetido e que durava de três a seis horas cada sessão. Primeiro me perguntaram se eu pertencia a algum grupo político. Neguei. Enrolaram então alguns fios em redor dos meus dedos, iniciando-se a tortura elétrica: deram-me choques inicialmente fracos que foram se tornando cada vez mais fortes. Depois, obrigaram-me a tirar a roupa, fiquei nu e desprotegido. Primeiro me bateram com as mãos e em seguida com cassetetes, principalmente nas mãos. Molharam-me todo, para que os choques elétricos tivessem mais efeito. Pensei que fosse então morrer. Mas resistia e resisti também às surras que me abriram mu talho fundo em meu cotovelo. Na ferida o sargento Simões e o cabo Passos enfiaram um fio. Obrigaram-me a então a aplicar os choques em mim mesmo e em meus amigos. Para que eu não gritasse enfiaram um sapato dentro da minha boca. Outras vezes, panos fedidos. Após algumas horas, a cerimônia atingiu seu ápice. Penduraram-me no pau-de-arara: amarraram minhas mãos diante dos joelhos, atrás dos quais enfiaram uma vara, cujas pontas eram colocadas em mesas. Fiquei pairando no ar. Enfiaram-me então um fio no reto e fixaram outros fios na boca, nas orelhas e mãos. Nos dias seguintes o processo se repetiu com maior duração e violência. Os tapas que me davam eram tão fortes que julguei que tivessem me rompido os tímpanos: mal ouvia. Meus punhos estavam ralados devido às algemas, minhas mãos e partes genitais completamente enegrecidas devido às queimaduras elétricas. E etcétera, etcétera. (p. 124)

A PERSONAGEM Lia de Melo Schultz é estudante e cursa Ciências Sociais, é militante política ativa contra ditadura militar. De todas as demais, é a que menos possui vaidade. Feminista, de fala franca e direta, possivelmente combate aspectos de sua genealogia, como o fato de sua mãe baiana ter se casado com seu pai, um ex-nazista alemão. Lia expressa sua própria construção como mulher pelo seu envolvimento político nacionalista contra a desigualdade social o governo opressor vigente. No entanto a autora interage as origens de Lia e a contradição do relacionamento não só pelas características políticas e ideológicas, mas também através das complexidades dos sentimentos por seus pais. É uma humanização que apesar de muitas contrariedades em seu cenário, é o que torna os universos delas relacionáveis como esse trecho do diálogo entre Lorena e Lia quando Lia entrega um colar para Lorena.

Fica junto com este orixá, presente da minha mãe. Preciso escrever comprido pra mãe. Outra carta pro pai, eles são opostos. Ao mesmo tempo, iguais. Quando não mando notícia, cada qual vai chorar no seu canto, um escondido do outro. (p. 25)

A ternura de Lia é uma expressão sutil que se expressa de acordo com o tamanho da importância de suas relações ao mesmo tempo que precisa ser firme no cenário de luta. Durante as ações do “aparelho”, Lia se intitula de Rosa, pois era fundamental para sua segurança que ninguém soubesse seu verdadeiro nome e vida que acaba se entrelaçando a esse cenário brutal, pois se apaixona e namora com Miguel, que foi preso pelos militares. E o entrelaçamento de sua vida e sua luta estão presentes em sua narrativa que envolve denúncias cruciais à ditadura como os casos de tortura e os nomes de pessoas que sumiram durante o período.

A crueldade que a Ditadura submete à tantas pessoas é a realidade crua que Lia representa e vive que é tão díspar da realidade de Lorena. Pois é como se Lorena representasse o arquétipo da *mulher possível* que discutimos mais cedo que em sua esfera íntima, exercita suas reflexões e ruptura, mas que não deixa de reproduzir os ideais de feminino que são a ditadura do que é ser mulher corretamente para a sociedade, mesmo em uma dinâmica contraditória. Enquanto Ana Clara e Lorena são arquétipos de mulheres opostas no campo moral no que diz respeito à castidade, casamento e virgindade, Lia e Lorena representam opostos sobre a luta de classes e a alienação da burguesia, que por mais bem intencionada, jamais experimentará o gosto da injustiça dos que engolem goela abaixo o amargor da opressão e da desigualdade social no chão que Lia pisa. Apesar de nutrirem profundo carinho uma pela outra, a autora expõe várias vezes uma distância que Lorena não consegue entender as questões mais profundas que Lia enfrenta em sua luta como mulher desse universo.

Apesar da fala de Lia revelar traços fundamentais sobre ela mesma, uma fala direta, objetiva, sem floreios, a fala mais reveladora é a de sua mente e suas reflexões que articula com os pensamentos que as personagens de forma geral têm uma pela outra, pois aprofundam a visão sobre elas mesmas. Lorena como a amiga provedora, a sensível idealista que consome literatura, música e arte em geral para ter uma visão panorâmica, protegida e teórica do mundo a partir do seu quarto na pensão das freiras enquanto Lia anda na rua, nos becos, se arrisca, enfrenta, não vê outra saída senão ser crítica ao mundo que vive. E os julgamentos que cada uma desenvolve da outra revela essa grande diferença de vivências do que é ser *mulher possível*, que conseguem apesar disso se conectar pelas complexidades que uma busca se esforçar para perceber na outra que funciona também como espelho para suas próprias questões. Isso tudo no cenário de opressão da Ditadura. Um cenário que a dominação da escrita masculina seja ela pela História oficial ou pela ficção sobre o tema, tolhe uma perspectiva mais profunda de mulheres que existiram nesse período e suas lutas externas e internas das *mulheres possíveis* e suas reproduções da ditadura machista e suas rupturas. Por exemplo, Lorena romantiza a batalha de Lia contra a ditadura que chega a comentar a hipocrisia do choque performático que os

intelectuais mostram ao ver filmes de guerra tal qual a burguesia que deturpou muitas vezes as realidades em ficção distante como um mero entretenimento de imensa curiosidade sobre a realidade. Algo que Lia descreve nesse trecho a partir de como Lorena vê as reuniões do aparelho.

Outro dia me pediu toda excitada pra ir a uma das reuniões do grupo essa Lorena que está aí tocando seus sininhos, tlim-tlim, tlem-tlem, tlom-tlom. Pensa que nossas reuniões são daquele estilo dos festivais de contestação: iria com essa malha, botas e um cachecol vermelho pra quebrar o pretume. Os intelectuais com seus filminhos do Vietcong. Há tanta fome e tanto sangue na tela de lençol. Tão terrível ver tanta morte, putz. Como pode, meu Deus, como pode? Revolta e náusea. "Náusea sartriana", murmura uma convidada bisonha. Que se cala quanto sente no escuro os olhares gelados na sua direção. Silêncio novamente, só o zunido exasperante do projetor, a cortiça é longa, tem filme à beça esperando nas latinhas. As luzes se acendem, mas as caras demoram pra acender, que horror. Uísque e patê pra aliviar o ambiente. (p. 24 -25)

A personagem Lorena é a que conecta e centraliza de certa forma as demais. E sua percepção delas revela também uma inquietação sobre si e sobre elas ao mesmo tempo. E nesse jogo de ora passividade sobre os moldes machistas sobre ser mulher e a inquietação é que denuncia a autora Telles, a visão de mulher sob a demanda constante de atender o requisito principal de seu papel, virgindade e casamento. Mesmo em um contexto de grande opressão, Lorena apesar de sua simpatia pela luta de Lia, resume os problemas da mulher como solucionáveis a partir dessas duas demandas atendidas, principalmente quando julga Ana Clara quando conversarem sobre ela. Lorena acredita no papel da mulher ainda preso a demanda do modelo burguês do século XIX e Lia contesta como uma mulher feminista de esquerda do século XX dialogando com o movimento feminista e as discussões em voga sobre o papel da mulher quando contesta Lorena ao dizer que Ana Clara será automaticamente resgatada de uma vida de humilhações e riscos com o consumo de drogas e do relacionamento com o traficante Max se Ana se casar com um homem rico. E que para isso, até custearia a cirurgia para Ana recuperar sua virgindade como forma de ajudar a amiga “resgatar” seu valor.

Divino-maravilhoso se o noivo milionário se casar com ela. Empresto o oriehnid para a plástica na zona sul, ele só se casaria com uma virgem, ela tem que ficar virgem. Ai meu Pai! — Lia: Você acredita que casamento rico vai resolver? — perguntou Lia. Teve um sorriso triste: — Devia se envergonhar de pensar assim, Lorena. E vai sair casamento? O moço então não está sabendo de toda essa cortiça? Ao invés de ficar

pensando num milagre do casamento você devia pensar num milagre de verdade, entende? Não sei explicar mas vocês, cristãos, têm uma mentalidade tão divertida. (p. 23)

Portanto a alienação da personagem Lorena se revela no diálogo contrastante de seu arquétipo de mulher que é o arquétipo de Lia que dialoga com o existencial e social, pois um não existe sem a outro, sobretudo se há um condicionamento para que esse pensamento seja solidificado no imaginário da mulher. Lia sabe disso e luta de forma consciente. Não basta apenas o privilégio de classe, há toda a articulação nessa narrativa que torna a lógica para que se perpetue o modelo que a classe que Lorena pertence. E Ana representa a mulher perdida para Lorena, a mulher que se perdeu e saiu desse molde, “a coitada”. Um adjetivo que Lia se ofende. Pois apesar de aceitar a ajuda financeira de Lorena, ela não deixa de se sentir refém de um julgamento que também a inferioriza, como nesse fragmento que Lia mais cedo revelou ter rasgado um romance que estava desenvolvendo sendo a escrita, um dos poucos espaços que revelava seu lado mais sensível.

Morre de pena de todo mundo. Vai ver, morreu também de pena de mim quando disse que rasguei tudo. Não é uma forma de esconder seu sentimento de superioridade? Ter pena dos outros não é se sentir superior a esses outros? Rasguei o romance, eu disse. E ela ficou quieta. Bebo o chá morno. Uma boa menina. Ana Clara também é uma boa menina, eu também sou uma boa menina. (p. 24)

Nesse fragmento Lia sente a dor dessa inferiorização que transfere para Ana Clara que também se sente excluída, marginalizada e inferior. São elementos que não tiram o foco da importância do cenário opressivo e desigual da Ditadura, mas proporciona um profundo diálogo com vivências que muitos escritos desse período não articulam, nem mesmo para a ficção de forma dominante. Na obra há uma metalinguagem sobre a dominação dos espaços para falar sobre um tema, sobre o que a sociedade engole com mais facilidade, sobre como as narrativas sem dar espaço para uma autenticidade, produz discursos que perpassam o imaginário como uma verdade passiva. Isso tanto no campo da arte que normatiza e dita comportamentos.

A obra de Telles, encapsula evidências da *parresia* como autora mulher desse período QUE constrói de si através de seus personagens. Essa visão dicotômica que nasce da esfera do que foi possível para a mulher se projetar no espaço social, parece também alimentar outras dinâmicas de opressão que a escrita de Telles busca combater na construção de sua própria *parresia* como afirma Margareth Rago em seu artigo *A aventura de contar-se: feminismos*,

escrita de si e invenções da subjetividade (2013), sobre como a perspectiva que as narrativas de si funciona como um mecanismo de redescoberta e reinvenção de mulheres na área da produção literária.

A produção da escrita de si que a autora de Telles, dá vida á sua vivência que articula em um espaço de tempo que as discussão de gênero estão em vigor na discussão histórica, que os movimentos feministas refletem agora um espaço de protagonismo para a mulher e os variados caminhos para esse protagonismo, fala sobre um período de grande opressão política e social na perspectiva de três arquétipos de mulheres e sua pluralidade que conversa com questão de classes, privilégios, machismo, cotidiano, a intimidade e o pensamento. É uma atividade que pode ser entendida como prática de renovação do relacionamento da multiplicidade do que é ser mulher sem anular ou deixar em segundo plano o aspecto social e nem preterir o outro lado. A escrita de Lygia como *mulher possível* no tempo da Ditadura Militar do Brasil é uma atividade que alcançou em vários braços, a foça de sua agência que transparece na sua complexidade e a de suas meninas que permite um diálogo com o ser mulher da autora e com o nosso ser mulher leitora. E com experiências com o que ocorre com os outros e ao seu redor.

E a expressão da sua força não está apenas porque a obra foi escrita por uma mulher no período da Ditadura, possibilitar formas destruturantes que combate os escritos que a academia ainda insiste em se apegar negando os espaços que a as vivências históricas de mulheres se insere na relação dos espaços negados na academia que acima de tudo, finca sua territorialidade com a escrita. Um risco que com coragem a mulher autora abre um caminho que possa colocar à prova tudo aquilo que a pratica acadêmica sempre resistiu, ditando uma escrita por vezes “sóbria”, “racional”, “emocional” com medo das emoções, da sensibilidade, das subjetividades até mesmo as dúvidas, sem abrir mão do rigor. Precisamos de uma escrita com pulsação, emoção e coragem nascida de um espaço de muita reclusão, privação, sombras e medo. Precisamos ser autoras de nossa própria história como diz Telles em seu texto no livro *História das Mulheres no Brasil* (2017).

Antes, a mulher era explicada pelo homem, disse a jovem personagem do meu romance *As Meninas*. Agora é a própria que se desembrulha, se explica. (p. 671)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei alinhar a discussão entre História com Literatura de forma a propor uma atenção maior à escrita de mulheres para superarmos a ocupação dos espaços de memória presente em temas como a Ditadura Militar do Brasil, sem perder de vista o valor da capacidade de articular as vivências de mulher nesse cenário. Pois creio que há um apagamento das mulheres enquanto sujeitos nesse período. É mais comum se prender a certos espaços de tempo para falar da esfera íntima e social da mulher, mas na Ditadura não parece ser um lugar comum e busquei trazer algumas evidências que gostaria de me aprofundar como o engodo do discurso da “pluralidade” que o Jornal *A Folha* fez para comemorar em 2014, os 50 anos do “Regime Militar”, preterindo discursos de homens brancos héteros cis⁴ que de pluralidade havia apenas as suas áreas de ocupação. Mas posteriormente se fez necessário articular o termo que tomei emprestado de Perrot para falar da *mulher possível* a partir de uma análise histórica a partir do século XIX para articular a dupla ação de comportar os ditames do que era possível com as transgressões e brechas nesses mesmos espaços.

Por fim, foi necessário me debruçar sobre o processo de escrita de Telles que parti de uma evidência documental em seu livro que considerei de extrema importância que foi o relato de tortura. Pois Telles transgrediu o censo e se tornou pioneira em trazer essa narrativa para a literatura. Algo que conversa em uma esfera complexa do ser mulher inserida em diferentes classes representadas pelas personagens de sua obra *As Meninas* que eram as personagens Lorena, Lia e Ana Clara. E tenho um profundo desejo de me aprofundar nas diversas esferas de análise na riqueza que essa obra pode proporcionar para História. E foi uma atividade que exigiu muito controle da minha parte não querer esmiuçar todos os detalhes riquíssimos, mas torço que isso seja possível em projetos futuros. *A mulher possível* nos espaços de opressão se operou na obra *As Meninas* pela escrita *parresíasta* da autora que dialoga com os ecos de opressões de outras *mulheres possíveis* em outras esferas de tempo e dinâmica sem perder de vista o peso do dever em denunciar os tempos da Ditadura. Por isso tomo esse trabalho como um primeiro passo que espero que desperte mais atenção a necessidade de protagonizar mulheres e suas autorias no campo da História.

⁴ Cis hétero ou cis gênero é uma identidade de gênero, entendido como o oposto de transgênero. E se diz que uma pessoa pertence a esse grupo se é identificado com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

REFERÊNCIAS

1. PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os silêncios da História**. Trad. Viviane Ribeiro. São Paulo: Edusc, 2005.
2. RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tradução de Maria da Penha Villela-Petit. Campinas: Papirus, 1997. Tomo III
3. DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social.
4. TELLES, L. F. **As meninas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
5. TELLES, Lygia Fagundes. **Conspiração de nuvens**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
6. RAGO, Margareth. **A Aventura de contar**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
7. AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
8. CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
9. SOIHET, Rachel. A História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS,
10. Dialética da Dependência. Ruy Mauro Marini. 1973. Primeira edição: Ensaio datado de 1973.
11. DEMIER, F. A. **O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964)**: autonomização relativa do Estado, populismo, historiografia e movimento operário. Tese de Doutorado em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
12. Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
13. FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2009
14. BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. tradução Sérgio Miller. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949
15. SCOTT, JOAN. **Gender**: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989
16. CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 1974